

## Pressão horizontalizada: uma complementação à Análise Crítica do Discurso

### Horizontalized Pressure: A complement to Critical Discourse Analysis

Georges Bitti Chilela<sup>1</sup>  
Micheline Mattedi Tomazi<sup>2</sup>

**Resumo:** O objetivo deste artigo é apresentar, ainda que de forma incipiente, uma visão epistêmica complementar à análise verticalizada da Análise Crítica do Discurso (ACD), permitindo ao pesquisador avançar no escopo teórico da ACD. Para tanto, propomos uma postura filosófica denominada pressão horizontalizada, que não se contrapõe à versão verticalizada da ACD, mas que pode ser utilizada como ferramenta de análise não só para remediar problemas sociais, base da ACD, mas para lançar luzes sobre outros problemas que passam pelo espectro social, como por exemplo, alertar a sociedade quando a imprensa noticia ações/omissões dos poderes constituídos em um Estado Democrático de Direito sendo ela ou não “personagem” da notícia. Os resultados dessa pressão horizontalizada em consonância com a pressão verticalizada da ACD apontam para um espaço de debate que propicia mais dinamicidade na escolha, principalmente, dos corpora de análise em pesquisas em ACD.

**Palavras-chave:** Pressão Horizontalizada. Pressão Verticalizada. Análise Crítica do Discurso. Imprensa. Notícia.

**Abstract:** The objective of this article is to present, albeit in an incipient form, an epistemic vision complementary to the vertical analysis of Critical Discourse Analysis (CDA), allowing the researcher to advance in the theoretical scope of CDA. To this end, we propose a philosophical stance called horizontalized pressure, which is not opposed to the verticalized version of ACD, but which can be used as an analysis tool not only to remedy social problems, the basis of ACD, but to shed light on other problems that occur across the social spectrum, such as, for example, alerting society when the press reports actions/omissions of the powers constituted in a Democratic State of Law, whether or not it is a “character” in the news. The results of this horizontal pressure in line with the vertical pressure of ACD point to a space for debate that provides more dynamicity in the choice, mainly, of analysis corpora in ACD research.

**Keywords:** Horizontalized Pressure. Verticalized Pressure. Critical Discourse Analysis. Press. News.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Linguística. Vitória, ES, Brasil. Endereço [georgebitti@hotmail.com](mailto:georgebitti@hotmail.com).

<sup>2</sup> Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Departamento de Línguas e Letras, Programa de Pós-Graduação em Linguística. Vitória, ES, Brasil. Endereço eletrônico: [michelinetomazi@gmail.com](mailto:michelinetomazi@gmail.com).

## Introdução

Em estudos desenvolvidos em pesquisas anteriores e em encontros no Gedim/Ufes (Grupo de Estudo sobre o Discurso da Mídia), investigamos muitas coberturas da imprensa que reproduzem estruturas de dominação. Porém, uma delas em especial nos fez pensar sobre uma complementação nos estudos em ACD por fugir à regra geral de análise e que desencadeou a seguinte questão: Como a imprensa constrói a notícia relatando um fato em que ela é a “vítima” ou é uma das partes envolvidas no processo?

É lícito pensar que quem iria legitimar esse texto (a notícia), uma vez que a própria imprensa atacada é a responsável por dar contornos finais ao discurso e entregá-lo à sociedade? Que poder é esse que está em jogo, já que a imprensa ao fazer uma denúncia, por exemplo, deve ouvir os dois lados (ou mais) envolvidos. Ocorre que, no caso em que ela é um dos lados, como ficaria a perspectiva da isenção? Haveria legitimação para tal ato em noticiar sobre si mesma sendo responsável pela “palavra final”?

Durante esses questionamentos, nos deparamos com o conceito de Pressão Verticalizada (Wodak, 2004, p. 226) trabalhado na ACD. Tais pressões indicam uma relação de poder<sup>3</sup> “de cima pra baixo”, ou seja, dos grupos mais fortes, contra os grupos minorizados, segregados ou invisibilizados na sociedade. Wodak nos ensina que, além de jogar luz e combater a verticalização, que é essa estrutura de dominação que mantém a reprodução do discurso racista, machista, lbtqbófico etc. sobretudo com a “ajuda” da mídia em geral, a ACD também “possibilita resistência às relações desiguais de poder, que figuram como convenções sociais” (Wodak, 2004, p. 226).

Todavia, essa relação vertical, proposta básica para condicionar um estudo em ACD, não se ajustava epistemologicamente a essa nova relação que estava sendo vislumbrada, por exemplo, como demonstra a pesquisa de Chilela (2023). Nela, duas elites simbólicas<sup>4</sup>: a imprensa e o presidente de uma República Democrática (Brasil) estavam em jogo. Mais precisamente, o autor analisou como a narrativa jornalística (texto notícia) foi desenvolvida a partir de agressões verbais proferidas contra jornalistas ou contra a mídia em geral, pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. Mas a grande questão era: como a imprensa noticiou sobre si própria, a partir desse embate.

Relação essa que não poderia ser considerada vertical em sua essência e nem na prática, uma vez que nos estudos prototípicos em ACD a própria imprensa faz parte dessa

---

<sup>3</sup> Entendemos poder, como proposto por van Dijk (2015), em sua função social ou institucional, ou seja, a dimensão da influência pessoal é ignorada. Assim, poder é definido “como uma relação social entre grupos ou instituições, envolvendo o controle por parte de um grupo (mais) poderoso ou instituição (e seus membros) das ações e mentes (dos membros) de um grupo menos poderoso. Esse poder pressupõe por via de regra um acesso privilegiado a recursos socialmente valorizados como força, riqueza, rendimento, conhecimento ou estatuto (Van Dijk, 2015, p. 74).

<sup>4</sup> São pessoas ou grupos que têm acesso privilegiado aos discursos públicos e controlam a reprodução discursiva, especialmente os discursos dos meios de comunicação de massa, como jornalistas, escritores, acadêmicos, políticos e outros grupos que exercem o poder com base no capital simbólico (Van Dijk, 2018).

estrutura que contribui para a propagação de tais preconceitos, ou dos seus silenciamentos ou apagamentos.

Sendo assim, a partir dessa lacuna, propomos uma forma complementar de análise em ACD, ou seja, quando a imprensa realiza a cobertura jornalística dos poderes constituídos em uma democracia (legislativo, executivo e judiciário). Defendemos que essa relação não é uma hierarquização verticalizada, mas sim uma relação horizontalizada, reproduzindo discursivamente não os problemas sociais prototípicos de uma análise em ACD, mas buscando entender o *modus operandi* da imprensa para legitimar sua existência quando noticia fatos em que os poderes constituídos estão envolvidos, sendo ela personagem ou não da narrativa jornalística.

Além desta introdução, o artigo divide-se em 4 partes principais. Na primeira é apresentada a ACD na perspectiva da pressão verticalizada, em que é explicitada a tradição das pesquisas na área. Na segunda, mostramos o caminho para a perspectiva horizontalizada, em que é relatada a urgência em determinar essa complementação na ACD, de uma análise mais explícita da relação entre os poderes e a mídia. Além disso, conceituamos a legitimação da imprensa, a verdade factual e definimos “problema social” tão caro à perspectiva da pressão verticalizada na ACD. Na terceira, apresentamos a proposta da pressão horizontalizada na ACD e sugerimos fenômenos do contexto social materializados na linguagem que podem ser investigados. A parte final é dedicada à conclusão.

### **A Análise Crítica do Discurso na tradicional perspectiva da Pressão Verticalizada**

Em sua essência, a ACD traz a combinação prática do “engajamento social e político” com “uma construção de sociedade sociologicamente embasada” (Krings *et al.*, 1973, p. 808 *apud* Wodak, 2004). Corrobora-se com essa ideia, o posicionamento de Ramalho e Resende (2006, p. 9) do discurso como um momento das práticas sociais. Nas palavras das autoras, “o discurso como foco dominante de análises deu lugar à centralidade em práticas sociais”. Van Dijk (2003) afirma que o discurso é entendido, portanto, como uma prática social de comunicação. Assim,

[...] levando em conta as premissas de que o discurso é estruturado pela dominação; que cada discurso é historicamente produzido e interpretado, isto é, está situado no tempo e no espaço; e que as estruturas de dominação são legitimadas pelas ideologias dos grupos que detém o poder, a abordagem complexa defendida pelos proponentes da LC (Linguística Crítica) e da ACD possibilita a análise de pressões verticalizadas, e das possibilidades de resistência às relações desiguais de poder, que figuram como convenções sociais (Wodak, 2004, p. 226).

O pesquisador em ACD, além de identificar e descrever as estruturas discursivas, que porventura legitimam abusos de poder, também deve situar o leitor no contexto histórico-

político-social em que determinado discurso é construído, identificando os porquês, quem fala, para quem fala e com quais objetivos. Nesse sentido, para Van Dijk (2018, p. 10) “os Estudos Críticos do Discurso (ECD)<sup>5</sup> usam qualquer método que seja relevante para os objetivos dos seus projetos de pesquisa”.

Resende e Ramalho (2006, p. 24), ao citarem Chouliaraki e Fairclough, afirmam que os autores trabalham o fortalecimento da ACD “como base científica para investigações da vida social que almejam contribuir para superação de relações de dominação”. Van Dijk (2018, p. 15) afirma que o estudo da reprodução discursiva do abuso de poder é uma das metas gerais dos ECD e sobre o conceito de problemas sociais, sentencia:

[...] os ECD estão especificamente interessados no estudo (crítico) de questões e problemas sociais, da desigualdade social, da dominação e de fenômenos relacionados, em geral, e no papel do discurso, do uso linguístico ou da comunicação em tais fenômenos, em particular (Van Dijk, 2018, p. 15).

Há também nos ECD a posição expressa do analista com o foco em sugerir mudanças para contrapor a relação de dominação, sendo assim, os pesquisadores,

[...] não meramente estudam os problemas ou formas sociais de desigualdade porque são coisas interessantes para estudar, mas também estudam com o propósito explícito de contribuir para uma mudança social específica em favor dos grupos dominados (Van Dijk, 2018, p.16).

Fairclough e Wodak (*apud* Van Dijk, 2018, p. 115) sintetizam os principais fundamentos da ACD. O primeiro deles é: a “ACD aborda problemas sociais”. Sendo assim, por consequência, todos os 7 outros fundamentos estão relacionados a essa temática principal. São eles: 2) As relações de poder são discursivas; 3) O discurso constitui a sociedade e a cultura; 4) O discurso realiza um trabalho ideológico; 5) O discurso é histórico; 6) A relação entre texto e sociedade é mediada; 7) A análise do discurso é interpretativa e explanatória e 8) O discurso é uma forma de ação social.

Portanto, a pesquisa em ACD posta até então, pelo menos, em seus fundamentos epistêmico-metodológicos, apontada como “verticalizada”, é focada em problemas sociais, é compromissada, e ao final de uma análise, não apenas descreve as estruturas, mas “coloca o dedo na ferida”, aponta caminhos para mudanças, sugere modificações em práticas sociais para que estruturas de dominação, aparentes ou veladas, possam ser modificadas a partir da

---

<sup>5</sup> Van Dijk utiliza o termo Estudos Críticos Discurso (ECD) para se referir à ACD. Sabemos que há pormenores em relação à utilização dos termos, mas preferimos deixarmos de lado agora essa discussão, uma vez que não representa nem modifica a visão final da teoria. Dessa forma, tanto a ACD, a ADC e os ECD, como prefere van Dijk, estão relacionados à mesma raiz teórico-metodológica. Contudo, a partir deste momento, como utilizaremos com preponderância a visão sociocognitiva de van Dijk, preferimos utilizar a nomenclatura ECD, quando falamos sobre a pressão horizontalizada, uma vez que tal denominação (ECD) é uma escolha do próprio van Dijk. Em tempo: citações originais que utilizam ACD/ADC permanecerão, como visto também nos parágrafos anteriores.

mudança de enunciados. Assim, os ECD investigam “criticamente, como assimetrias são expressas, sinalizadas, constituídas, legitimadas, naturalizadas e mantidas, por algum tempo, pelo discurso” (Melo *et al.*, 2018, p. 50).

A visão acima é exaustivamente trabalhada por autores da ACD em 6 abordagens, como apontam Wodak e Meyer (2009). São elas: Histórico-discursiva (Reisigl e Wodak, 2009); Linguística de corpus (Mautner, 2009); Atores sociais (Van Leeuwen, 2009); Análise de dispositivo (Jager e Maier, 2009); Sociocognitiva (Van Dijk, 2009) e Dialético-relacional (Fairclough, 2009).

Mostramos até aqui, em linhas gerais, a base epistemológica da ACD utilizando os conceitos dos principais teóricos que desenvolveram esse método de análise em 1991<sup>6</sup>. Fica emergente que a abordagem prioriza como os problemas sociais são abordados no discurso e como eles são reproduzidos por meio da linguagem. Interessa à ACD verificar os silenciamentos, os desníveis de poder e a cascata de reprodução desses discursos nas práticas sociais e discursivas que mantêm as dominações, e por isso utilizamos o termo problema social como “prototípico” para caracterizar as escolhas dos corpora que são analisados na maioria das pesquisas realizadas em ACD.

### **O caminho para a perspectiva da pressão horizontalizada**

Chegamos então ao início do caminho para construir uma proposta de análise denominada de “pressão horizontalizada”. O nome não é uma contraposição à “pressão verticalizada” da ACD, mas uma complementação. Tal postura horizontalizada se insere nos ECD por sua proposta ampla de aplicação, ou seja, relacionar a cobertura realizada pela mídia dos poderes constituídos em uma democracia: O Executivo, o Legislativo e o Judiciário em seu caráter de análise multidisciplinar.

Inicialmente, estamos tratando nessa perspectiva horizontalizada a relação da mídia e dos poderes constituídos em uma Democracia citados acima, mas já vislumbramos uma relação também horizontalizada em outras práticas sociais, por exemplo, quando uma editora recebe uma encomenda de algum “poder” para que um livro didático ou uma cartilha sejam feitos, há também uma relação de pressões microhorizontais, mas por enquanto nosso trabalho é focado na relação da mídia e dos poderes já citados.

Portanto, quando a imprensa notícia sobre esses poderes, seja para divulgar um programa de prefeitura, uma ação social do governo estadual, uma decisão do judiciário, ou

---

<sup>6</sup> A análise do discurso crítica iniciou-se como campo de estudo em janeiro de 1991. Na ocasião, reuniram-se em um simpósio em Amsterdã, na Holanda, Teun A. van Dijk, Norman Fairclough, Gunther Kress, Teo van Leeuwen e Ruth Wodak. Foram dois dias de encontro onde puderam discutir as teorias e métodos da ADC (Wodak, 2004). Porém, a origem da ADC está na Linguística Crítica (LC) que segundo Fairclough (1992/2001 *apud* Melo *et al.*, 2018, p.54) foi uma abordagem desenvolvida na Universidade de East Anglia, Inglaterra, na década de 1970 para unir um método de análise da linguística textual a uma teoria social do funcionamento da linguagem em processos políticos e ideológicos.

denunciá-los, o faz porque, como nos alerta Bucci (2009), um dos deveres da imprensa é fiscalizar o poder. E para chegar à noção da complementaridade proposta aos ECD pela pressão horizontalizada é necessário entender o espaço de legitimação do trabalho da imprensa, a noção de verdade factual e o conceito de problema social na pressão verticalizada, base fundamental prototípica dos fenômenos sociais que são estudados em primazia, até então, pela ACD. Veremos essas diferenças a partir de agora.

### **Legitimação da imprensa, verdade factual e a definição de problema social na perspectiva tradicional da pressão verticalizada na ACD**

O professor titular do Departamento de Informação e Cultura da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), Eugênio Bucci, atribui à mídia a responsabilidade e a obrigação de vigiar e limitar o poder em um Estado Democrático de Direito, ou seja, o poder político (governo e parlamento), o poder econômico e até mesmo o poder dos meios de comunicação “que se converteram em formas relativamente novas de pressão sobre a sociedade — promovem ou simulam, no espaço público, a legitimação de causas próprias ou de causas a que se associam” (Bucci, 2009, p. 115).

O professor nos aponta também que essa vigília deve ser feita por meio de investigação e divulgação das notícias, sempre em um diálogo com os integrantes do espaço público, que é entendido por ele como um “espaço da prática da comunicação entre os cidadãos em torno de temas de interesse público” (Bucci, 2009, p. 115).

Porém, é crucial que a sociedade e os políticos critiquem e avaliem a mídia na intenção de que a cobertura noticiosa seja revisada e melhorada, todavia, “os utopistas autoritários ainda que não o declarem abertamente, veem no erro não um desvio a ser consertado, mas uma prova de que a liberdade é uma regalia, uma vantagem classista que precisa ser desmascarada e destronada” (Bucci, 2009, p. 118).

Esse ponto nevrálgico nos chama a atenção para a importância da liberdade de imprensa, em que a conduta não adequada de um profissional ou de uma empresa de comunicação não deve ser motivo para o questionamento dessa liberdade, mas sim, o foco pontual em quem cometeu o erro (Bucci, 2009).

A esse respeito, o pesquisador De Lima (2015) é certo ao afirmar que a liberdade de expressão se refere ao indivíduo; já a liberdade de imprensa surge como condição para a liberdade individual. O autor cita ainda a Constituição Federal de 1988 no parágrafo 1º do Artigo 220 que determina a “plena liberdade de informação jornalística” (De Lima, 2015, p. 359). Tal premissa, contudo, refere-se sempre à construção do direito à informação voltado para o cidadão e não para as empresas de comunicação.

A imprensa, portanto, será a responsável, pela vigilância dos poderes, mas, sobretudo, pela proteção dos direitos fundamentais do cidadão garantidos pela Constituição, tendo como papel ético e constituinte de seu surgimento o ato de cobrar das autoridades que esses direitos sejam efetivamente cumpridos. Caso contrário, os desvios serão denunciados publicamente por meio da divulgação do fato.

Temos, assim, a imprensa e sua liberdade como uma mediadora dos debates de interesse do cidadão, uma vez que não deveria haver nenhum interesse maior em garantir a sua liberdade e o livre exercício da liberdade de expressão nas democracias republicanas. E mesmo garantindo “o passe” do ato de falar em nome do outro, a imprensa necessita buscar a legitimação de seu discurso. Para isso, é preciso mobilizar dois conceitos importantes: o de legitimação do discurso jornalístico e o de verdade factual.

Segundo Bucci (2019, p. 15), a verdade factual “é simplesmente a verdade dos fatos, ou seja, aquela que poderia ser objetivamente descrita conforme se apresenta no plano material daquilo a que chamamos de fatos”. E é a imprensa a instituição que tem a chancela de relatar ao público e o faz dessa maneira alicerçada pela liberdade intrínseca à sua esfera de atuação, devendo buscar o relato de acontecimentos sem interferência ou interesses escusos.

Diferentemente da verdade filosófica e da verdade religiosa que se impõem como universais e absolutas e como categorias que se situam além do registro dos fatos — e que escapariam ao jornalismo — a verdade factual “se erige apoiada nos acontecimentos” (Bucci, 2019, p. 15). Dessa forma, tem o objetivo de “sinalizar um evento”, noticiá-lo, recortar determinado momento histórico, registrar os fatos e apresentá-los por meio dos veículos de comunicação para, por exemplo, ajudar o cidadão a se preparar para “um futuro próximo”.

Como afirmamos, a liberdade de imprensa não é passaporte para toda e qualquer construção jornalística ou proteção ao erro informativo, a busca pela verdade factual também não pode ser usada como isenção para construções enfermas ou enviesadas, ou seja, “em nome da verdade o jornalista atravessa as fronteiras das intimidades e age como se todas as histórias de todos os seres humanos vivos ou mortos pertencessem a eles” (Bucci, 2019, p. 20).

Na sociedade contemporânea, a mídia exerce um papel fundamental e institucional como mediadora na “esfera pública”. Esse conceito foi desenvolvido pelo filósofo Jürgen Habermas que identificou inicialmente como esfera pública o espaço do convívio comunitário, em que cidadãos livres se encontravam para compartilhar, valorizar e transformar a cultura, os esportes, a guerra e as opiniões (Habermas, 2003 [1961]). Dessa forma, a imprensa é detentora da legitimação para fazer a intermediação com o público.

Agora sim, podemos delinear o desenvolvimento da noção da pressão horizontalizada nos ECD. Em primeiro lugar, a divulgação das notícias dos poderes pela mídia não se

caracteriza prototipicamente como uma análise de um problema social que mantém ou sustenta as estruturas de dominação, base da ACD. Vejamos.

Schacht, Knox e Mooney (2016) alerta-nos que não há uma definição universal de problema social. Dessa forma, a definição é construída a partir de “uma combinação de critérios objetivos e subjetivos que variam em cada sociedade, entre indivíduos e grupos dentro de uma sociedade e ao longo de períodos históricos” (Schacht, Knox, Mooney, 2016, p. 02).

Os autores, contudo, afirmam que há dois elementos importantes para consolidação de um problema social: “uma condição social objetiva e sua interpretação subjetiva”. Para eles,

[...] o *elemento objetivo de um problema social* está relacionado à existência de uma condição social. Tornamo-nos conscientes das condições sociais por conta da nossa experiência de vida, da mídia e da educação. Vemos os sem-teto, ouvimos tiroteios nas ruas e vemos mulheres agredidas nos prontos-socorros... Nas reportagens de TV, vemos rostos angustiados de pais que tiveram seus filhos assassinados por jovens violentos. O *elemento subjetivo de um problema social* está relacionado à crença de que uma condição social específica é prejudicial à sociedade ou a um segmento dela e que, portanto, precisa ser mudada [...]. Combinando esses elementos objetivos e subjetivos, chegamos à seguinte definição: *Problema social* é uma condição social considerada alarmante por alguns segmentos da sociedade e, portanto, deve ser mudada para não prejudicar a sociedade como um todo (Schacht; Knox; Mooney, 2016, p. 2–3, grifo dos autores).

Já Spector e Kitsuse (apud Fucks, 2000) definem problemas sociais como

[...] as atividades dos indivíduos ou grupos empenhados em encaminhar demandas em relação a uma suposta condição. A emergência de um problema social depende da organização de atividades afirmando a necessidade de erradicar, melhorar ou mudar alguma condição. O problema central para uma teoria dos problemas sociais é explicar a emergência, natureza e continuidade de atividades reivindicatórias e as respostas que lhes são dadas (Spector; Kitsuse, 1987, p. 75–76 *apud* Fucks, 2000).

Partindo desse conceito, Fucks questiona a noção objetiva de problemas sociais ressaltando que essa definição “parte da crença equivocada de que as condições objetivas constituem o fator explicativo da emergência e da caracterização desses problemas” (Fucks, 2000, p. 81). E ressalta que é necessário pensar em um reconhecimento subjetivo para definir problema social. Assim “uma alegada condição não constitui um problema social enquanto não for enunciada publicamente como tal” (Fucks, 2000, p. 81).

Apesar de posicionar-se contra a natureza objetiva da definição de Spector e Kitsuse, Fuks entende que a condição de ser um problema não é dada explicitamente, ou seja, “a



condição para que uma determinada questão se torne objeto de atenção social é o seu reconhecimento como um assunto público” (Fucks, 2000, p. 80).

Portanto, o que está em jogo não é a definição de problema social em si que atinge grupos minorizados, por exemplo, mas uma definição que “ocorre dentro de um determinado cenário cultural e de organização de instituições públicas, o qual estabelece parâmetros de legitimidade e regras que condicionam a ação e o debate público” (Fucks, 2000, p. 80), ou seja, uma definição que visa entender como determinado assunto relacionado a grupos minorizados (Fucks define como “pequenos grupos”) vai ser escolhido ou alcançar a arena pública.

Catão (2011) ao refletir sobre a relação entre ser humano e problemas sociais, afirma que um problema social existe quando

[...] coletividades sofrem por mutilações do cotidiano, por desigualdade social e injustiça vivenciada. Isto é, quando as instituições que deveriam estar em consonância com o desejo humano não cumprem seus objetivos ou não existem. Quando isso acontece, as leis são transgredidas e não atendem as coletividades nas suas necessidades, nas suas carências, no seu desejo de ser gente, e a relação entre fazer e ser humano não se produz (Catão, 2011, p. 460).

De acordo com a autora, para realizar uma análise profunda “que desperte os afetos e a reflexão da realidade e seu compromisso como sujeito social” é fundamental “desvelar a realidade de tal forma que nos sintamos capazes de nos comover até as entranhas com a dor e o sofrimento da humanidade excluída, discriminada, vítima da violência e de nos solidarizarmos com suas causas e lutas” (Sacavino, 2008, p. 192 *apud* Catão, 2011, p. 461).

Ao citar indiretamente Sawaia (2006; 2010) e Vigotski (1999; 2004b), Catão, refletindo sobre a análise de um problema social, também afirma que

[...] a análise do problema social reside no enfoque do problema não como materialidade externa ao indivíduo, na forma de uma crise do estado de bem-estar social, *mas na consideração das implicações psíquicas desse indivíduo, como apropriações, mediações, sofrimentos, reflexões e potência de ação.* Esta perspectiva aguça o olhar para captar as múltiplas e sutis nuances do problema social, tal como vividas pelo sujeito (Sawaia, 2006, 2010). *Fazer emergir na análise o processo de configuração do problema social objetivado no ser humano significa, fundamentalmente, descobrir sua natureza, seu real, uma vez que é somente em movimento que um corpo mostra o que é* (Vigotski, 1999, 2004b) (Catão, 2011, p. 461, grifos nossos).

Em relação às perspectivas teóricas que podem ser utilizadas para analisar um problema social, Schacht, Knox e Mooney (2016) afirmam que na sociologia há três teorias principais e cada uma delas oferece explicações, causas e possíveis soluções para os

problemas sociais. São elas: perspectiva estrutural-funcionalista, perspectiva do conflito e perspectiva interacionista simbólica.

A perspectiva estrutural-funcionalista enfatiza a interconexão da sociedade, focando em como cada parte influencia ou é influenciada pelas outras. Além disso, utiliza os termos funcional e disfuncional para descrever os efeitos dos elementos sociais na sociedade. Já a perspectiva do conflito vê a sociedade como um composto de diferentes grupos e interesses competindo por poder e recursos. Está ligada aos trabalhos de Karl Marx a partir da divisão da sociedade em duas grandes classes: a burguesia e os trabalhadores. E por último, a perspectiva interacionista-simbólica que trabalha a microsociologia, ou seja, o comportamento humano é influenciado pelas definições e significados criados e mantidos por meio da interação simbólica de uns com os outros. (Schacht; Knox; Mooney, 2016, p. 8–13)<sup>7</sup>.

Portanto, a partir das definições acima sobre problemas sociais e suas perspectivas teóricas fica evidente que há um outro tipo de relação entre os poderes constituídos de uma república e a mídia, ou seja, nessa relação, não há diretamente um problema social de sofrimento do indivíduo, como acontece no racismo, na violência contra a mulher, na xenofobia, etc., mas, sim, uma relação com base na divulgação da informação entre a imprensa e os poderes de uma república democrática que pode, entre outras ações, causar problemas sociais em diversas esferas, silenciá-los, marginalizá-los, reproduzi-los, mas não ser definido como um deles.

Devido a isso, é necessário pensar além de uma pressão verticalizada, ou seja, com a nossa proposta da pressão horizontalizada como uma expansão, uma vez que essas duas partes envolvidas (a imprensa e os poderes) trabalham de forma a (tentar) equilibrar o que será dito, tanto pelos representantes dos poderes constituídos, quanto pela mídia, em seu discurso final noticioso, quando esta divulga informações dos referidos poderes.

Os ECD em sua vertente sociocognitiva, portanto, são cruciais para a visão horizontalizada. Primeiro, porque a base teórica é a mesma que será utilizada nas análises. Segundo, porque entendemos também que a relação entre discurso e sociedade não é direta, e terceiro porque podemos utilizar todas as categorias de análise dos ECD na perspectiva horizontalizada. O que trazemos de complementaridade? A possibilidade de analisar essa relação e suas consequências para além de um problema social, mas que pode causar novos problemas sociais ou impedir que eles emergjam e ganhem destaque.

Portanto, para trabalhar a pressão horizontalizada, precisamos voltar nossa análise na abordagem sociocognitiva dos ECD apresentada por Teun A. van Dijk (2018, 2017, 2016a, 2016b, 2015, 2005, 2003, 1999) e seu estudo sobre o discurso da mídia, conforme afirma Wodak (2004):

---

<sup>7</sup> Para um aprofundamento das perspectivas teóricas citadas neste trecho Cf. Schacht, Knox, Mooney, 2016).

Van Dijk se volta especificamente para o discurso da mídia, contribuindo não apenas com suas próprias reflexões sobre a comunicação na mídia de massa (van Dijk, 1986), mas também reunindo as teorias e as aplicações de uma variedade de estudiosos interessados na produção, usos e funções dos discursos midiáticos (van Dijk, 1985) (Wodak, 2004, p. 231).

Para tanto, é importante entender a questão central “discurso-cognição-sociedade”, a materialidade da língua nas práticas discursivas, permeada pelo contexto e pela ideologia.

Assim, para van Dijk (2016a), não há uma relação direta entre sociedade e discurso. Entre essas duas instâncias há a cognição como interface apresentada pela tríade discurso-cognição-sociedade.

Entendemos, portanto, cognição social “como um sistema de estratégias mentais e estruturas partilhadas pelos membros do grupo e, em particular, por aqueles que estão envolvidos na compreensão, produção ou representação de “objetos” sociais, tais como situações, interações, grupos e instituições” (Van Dijk, 2016b, p. 23).

Dessa forma, é exatamente por meio da materialidade discursiva que são construídos, intermediados pelos modelos mentais, o discurso do dia a dia, as notícias e é assim que adquirimos o conhecimento de mundo, as nossas atitudes socialmente compartilhadas e, por último, as ideologias (Van Dijk, 2005).

A escolha pela abordagem sociocognitiva é precisa, uma vez que, nesses estudos, a análise de ordem linguística deve ser acompanhada, imprescindivelmente, pelo contexto sócio-histórico e o entendimento do que essas estruturas podem causar na cognição dos leitores, inserindo ou modificando informações a seus modelos mentais. Isso significa que devemos levar em consideração não apenas a materialidade linguística em si (o que seria impossível do ponto de vista do rigor de uma pesquisa, escolher apenas esse ponto para fazer a análise), mas as Estruturas Ideológicas do Discurso nas notícias (Discurso Emoldurador) e a construção do Discurso Relatado (fontes ouvidas na notícia) a partir do momento histórico de sua produção.

Os ECD têm como um de seus fins inventariar estruturas linguístico-discursivas que legitimam o abuso de poder, sendo utilizadas, por exemplo, para perpetuar atitudes preconceituosas e reafirmar ideologias negativas na constitutiva relação discurso-cognição-sociedade. Tal estudo é político e compromissado em que nós, pesquisadores, devemos apontar os problemas, mas também as soluções para eles, fazendo inclusive propostas de intervenções.

## A proposta da Pressão Horizontalizada nos ECD

Com base no que afirmamos ao longo deste artigo, entendemos que, prototipicamente, os ECD estão interessados na construção e reprodução dos usos ilegítimos do poder, ou seja, uma visão verticalizada. Dessa forma,

[...] a questão crucial em ECD é, portanto, quais das diferenças de poder são legítimas na visão dos padrões de justiça e equidade de hoje, ou na base dos direitos humanos internacionais, e quais representam casos de abuso ilegítimo de poder. Ou quando os recursos de poder do jornalista, tais como o conhecimento especial e as informações, como também o acesso direto à mídia de massa, são usados legitimamente, por exemplo, para informar o cidadão, e quando tal poder é abusado para desinformar, manipular, ou prejudicar os cidadãos (Van Dijk, 2018, p. 30).

A abordagem, portanto, dos ECD, a nosso ver, indica uma desconsideração direta da relação entre a mídia e os poderes constituídos de uma República (Legislativo, Executivo, Judiciário) — vista por nós como uma perspectiva de análise de uma pressão horizontalizada — em que a imprensa que é constituída legalmente como uma instância fundamental para garantir o direito à informação aos cidadãos numa sociedade democrática, pode ser atacada (ou atacar) direta ou indiretamente por esses poderes com o objetivo de deslegitimá-la como instituição.

Paralelamente, ao noticiar um fato, a mídia pode apresentar-se como a “vítima”. Para isso, utilizará seus veículos de comunicação e sua própria construção de notícia. Sendo assim, poderíamos pensar, por exemplo, se haveria ou não abuso de poder ao noticiar sobre si própria e de que forma essa construção linguístico-discursiva é desenvolvida ou de que forma a mídia aborda temas relacionados aos poderes constituídos em comparação com personagens da sociedade civil? Como a imprensa busca a legitimação para continuar como porta voz que intermedeia o discurso dos outros e os dela também?

A imprensa busca a legitimação de seu trabalho defendendo o espaço de ser a divulgadora da verdade factual em primeiro grau no discurso emoldurador. E as verdades filosóficas e científicas por meio do discurso relatado. Mas sempre sendo palco principal dessas divulgações para o público.

Por conseguinte, propomos enxergar a relação entre a imprensa e os poderes constituídos, na perspectiva dos ECD não apenas numa pressão verticalizada, mas a partir de uma visão ampliada, de dupla coletividade, ou seja, em que a mídia tem a função de representar a sociedade, mas também a si mesma quando provocada — e a sua existência enquanto um poder constituído.

Assim, nos casos em que ela é inserida como personagem da notícia, poderíamos determinar se haveria abuso de poder no texto da notícia ou se a estrutura discursiva é

legitimada ou não pelo seu local ocupado na sociedade de estar “a serviço dos governados e não dos governantes”<sup>8</sup> como intermediadora da verdade factual.

Portanto, sugerimos pensar, a partir dessa relação entre poderes constituídos em uma democracia, a relação denominada de “pressão horizontalizada”, em que as esferas de poder flutuam no mesmo campo de legitimação e estão — dependendo do contexto sócio-histórico — em constantes pressões horizontalizadas em busca da validação/legitimação de seus poderes.

Cabe também a respeito da confirmação da importância dessa pressão horizontalizada no que tange aos ECD, a reflexão advinda de Maingueneau (2015, p. 61). O autor afirma que “a fronteira entre ACD e análise não crítica é totalmente indecível”. Ele afirma ainda que

[...] mais do que fazer da análise crítica do discurso uma disciplina autônoma, é mais realista considerar que qualquer disciplina do discurso pode ter uma orientação crítica, que a diferença entre orientação crítica e não crítica é uma questão de realce, e não de natureza. Mas isso não significa que toda pesquisa se deva atribuir o objetivo de remediar uma disfunção social. É inevitável haver pesquisas que não se caracterizem por um viés militante (Maingueneau, 2015, p. 61).<sup>9</sup>

Entendemos, assim, que podemos pensar os ECD na pressão horizontalizada utilizando todo aparato teórico metodológico de seu campo, sem, contudo, ter obrigatoriamente de investigar “apenas” ou em primazia um problema social direto, como minorias (maiorias silenciadas), racismo, misoginia etc. Uma vez que

[...] a ACD está especialmente interessada no papel do discurso na instanciação e *reprodução do poder* e abuso de poder “dominância”, e assim particularmente interessada no estudo detalhado da interface entre o local e o global, entre estruturas do discurso e estruturas da sociedade (Van Dijk, 2015, p. 57, grifo nosso).

O próprio van Dijk (2017) desenvolveu um trabalho com base em sua abordagem dos ECD em que analisou editoriais do jornal O Globo entre os meses de março e abril de 2016, período que antecedeu a decisão da Câmara dos Deputados de instaurar o processo de Impeachment contra a ex-presidenta Dilma Rousseff. O artigo intitulado “*How Globo media manipulated the impeachment of Brazilian President Dilma Rousseff*”, em tradução livre,

---

<sup>8</sup> Trecho da sentença do juiz Hugo Black. Na ocasião, em 1971, os jornais New York Times e Washington Post foram processados pelo presidente Richard Nixon a parar de divulgar os documentos secretos, mas ganharam na Suprema corte dos EUA o direito de publicá-los da Casa Branca sobre a posição do governo americano em relação à guerra do Vietnã.

<sup>9</sup> Importante deixar enfatizado que a citação do teórico da AD francesa surge como confirmação apenas para deixar evidente que a pressão horizontalizada é uma complementação de estudo em ACD porque não necessariamente aborda problemas sociais diretos. Em vários outros aspectos, no que tange ao conceito do termo “crítica” há sim uma grande diferença entre as abordagens da AD e da ACD (de origem inglesa) (cf. Melo *et al.*, p. 61–65).

“Como a Globo manipulou o impeachment da presidenta Dilma Rousseff” investigou, no total, 18 editoriais.

Entre as conclusões, van Dijk afirmou que os editoriais apresentaram “desinformação grotescamente tendenciosa sobre Lula, Dilma e o PT” (Van Dijk, 2017, p. 208). E que fez “a apresentação de denúncias como fatos, celebrando e legitimando o juiz antipetista Moro [...] atacando a acusação de que o impeachment foi na verdade um golpe político” (Van Dijk, 2017, p. 225). O pesquisador analisou, portanto, como a imprensa, representada pelo jornal O Globo (e permeada por citações de outros veículos de comunicação do grupo Globo), manipulou as informações para formar ou reforçar um modelo mental negativo contra Lula, Dilma e o PT.

O objetivo do estudo de van Dijk, portanto, não foi relatar ou investigar uma remediação de um problema social numa perspectiva verticalizada (por exemplo, imprensa X cobertura de violência contra mulheres, comunidade LGBTQIA+, população em situação de rua, imigração, racismo), como majoritariamente são feitos os ECD, mas sim, como estamos propondo nominalizar, em uma perspectiva horizontalizada de análise de pressão entre as esferas de poder e a imprensa.

Assim, além dessa perspectiva de análise de a imprensa “ser contra” um poder constituído, como visto em van Dijk (2017), é preciso que os ECD também levem em consideração a tentativa de os poderes da República, buscarem invalidar o papel da imprensa como fiscalizadora e divulgadora de suas ações ou omissões. Essa função da imprensa nos leva a uma visão macro de sua função social e essencial para a manutenção da Democracia.

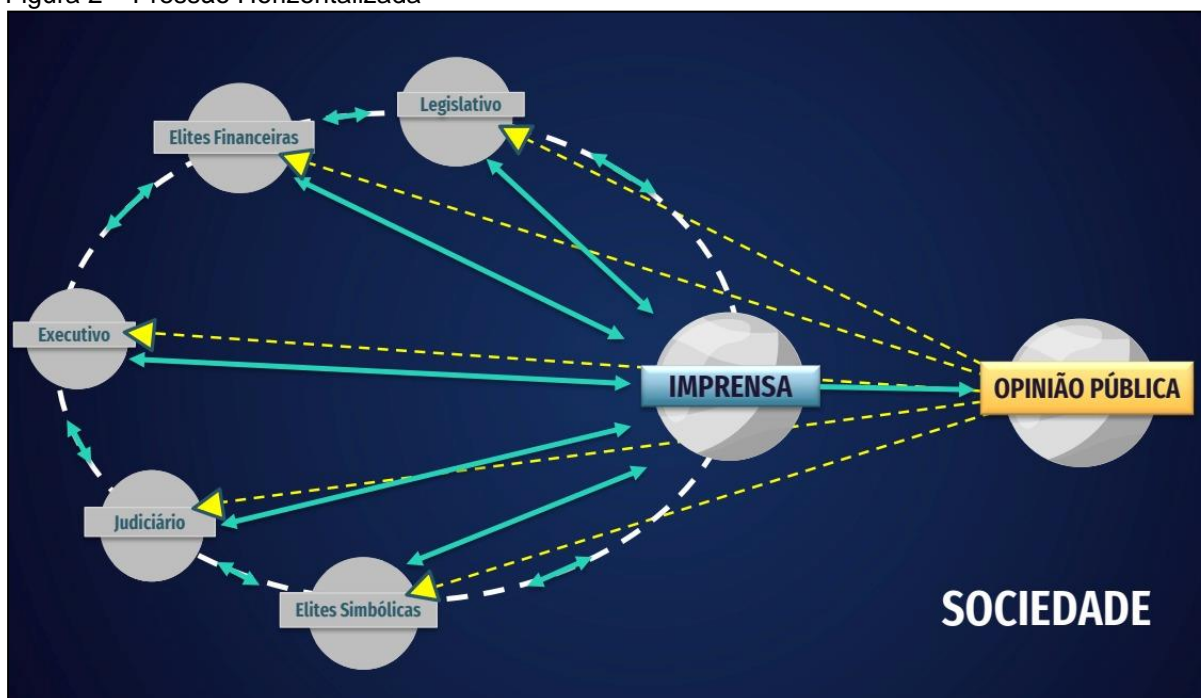
A partir do exposto, as ideias acerca das pressões verticalizada (figura 1) e da horizontalizada (figura 2) estão simplificadamente sintetizadas nos esquemas abaixo:

Figura 1 – Pressão Verticalizada



Fonte: Chilela (2023).

Figura 2 – Pressão Horizontalizada



Fonte: Chilela (2023).

## O que podemos analisar na Pressão Horizontalizada nos ECD<sup>10</sup>

Ao trabalhar também na perspectiva da pressão horizontalizada, os ECD lançariam mão de uma visão social da mídia em que o objetivo não seria defendê-la sobre tudo o que é publicado, mas mostrar sua importância na constituição de defesa do Estado Democrático de Direito e como a imprensa se defende em suas práticas social e discursiva quando seu direito de ser intermediadora da sociedade é colocado em xeque.

A partir disso, aí sim, caberia ao pesquisador avaliar essa ação que busca a manutenção do poder da imprensa inserida em uma perspectiva de análise, principalmente a partir de dois aspectos: (i) Quando a imprensa ataca ou se defende para garantir essa legitimidade como espaço de intermediação com a sociedade ou (ii) Quando ataca de forma oportunista para beneficiar-se (mutuamente ou não) dos poderes em questão.

Podemos, portanto, a partir do *corpus* escolhido, utilizar para a análise linguístico-discursiva as categorias dos ECD e/ou somando-se a elas outras que venham a ser multifuncionais para o interesse da pesquisa. Além disso, podemos buscar as relações veladas nas constituições horizontalizadas, a partir dos seguintes questionamentos:

- a) Como é realizada a cobertura da mídia sobre qualquer ação dos poderes, paralelamente à publicidade desses poderes em seus veículos de comunicação?
- b) Como a mídia cobre um problema (pessoal ou não) causado (ou por estar envolvido) por integrantes dos poderes?
- c) Quanto maior o cargo envolvido em um poder — e por consequência maior a influência sobre a mídia — mais apagamentos ocorrem? Se sim, por quê? Se não, por quê?
- d) Qual espaço para defesa é atribuído a participantes dos poderes quando são citados pela mídia em alguma reportagem de denúncia? E qual é o espaço disponibilizado ao denunciante?
- e) Como podemos estabelecer um *continuum* de preferência em relação à cobertura, ou seja, quais as áreas dos poderes são lembradas e por quê? Quem tem acesso à fala, ao discurso relatado?
- f) Como a mídia cobre um acidente de, por exemplo, uma estrutura danificada de um prédio dos poderes que caiu e atingiu pedestres? Há diferenças quando ela faz a mesma cobertura de um prédio em que o proprietário é um comerciante? É um morador?

---

<sup>10</sup> O objetivo deste artigo é definir e mostrar como a pressão horizontalizada pode ser implementada teórica e metodologicamente nos ECD. Para um exemplo de análise, conferir a dissertação de Mestrado intitulada “A legitimação discursiva do trabalho da imprensa pelo portal Folha de São Paulo em notícias no primeiro ano da pandemia de covid-19 no Brasil” (Chilela, 2023). Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popUp=true&id\\_trabalho=13832959](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popUp=true&id_trabalho=13832959).



As questões acima não se esgotam. Elas são escopos das relações entre a mídia e os poderes e que podem ser desmembradas em vários outros questionamentos. A partir da escolha de um *corpus* sobre a cobertura da mídia dos poderes constituídos podemos aplicar à pressão horizontalizada, que se encaixa dentro dos ECD, todas as categorias micro e macro de análise para, entre outras ações, desvelarmos essa relação e mostrar à sociedade por que determinado grupo ou veículo de comunicação aborda a notícia de forma diferente do outro e por que o faz dessa forma quando cobre os poderes constituídos de uma república.

### Conclusão

Ao lembrar que Van Dijk nos ensina que é mais importante estar atento às ações ruins da imprensa como a reprodução de desníveis de poder, pensamos que podemos, complementarmente, lançar outro olhar de vigilância sobre a mídia e sua atuação.

A pressão horizontalizada, em que os poderes concorrem pelo espaço de poder na sociedade e estão em constante flutuação no mesmo campo de legitimação, podendo se chocar nessa linha imaginária horizontal, nos mostra que a imprensa pode beneficiar-se com um acordo sem, contudo, estar contribuindo para a reprodução de uma ideologia dominante.

Pelo contrário, estaria se aproveitando dela em benefício próprio ou, por outro lado, buscando defender sua existência como uma instituição responsável pela verdade factual, e o faz denunciando e mostrando o *modus operandi* de políticos que não respeitam as regras democráticas e tentam atacar a imprensa com o objetivo de deslegitimá-la e destruí-la para evitar questionamentos e, por consequência, evitar responder sobre temas que não desejam porque, simplesmente, os incomodam.

Por isso, a perspectiva de análise horizontalizada ainda que seja um formato inicial, indica que podemos nos permitir analisar a construção noticiosa quando os poderes de uma república estão envolvidos com a cobertura da imprensa e, complementarmente, abordar um tipo de análise que não necessita remediar um problema social direto, como faz a maioria das pesquisas com base nos ECD como modelo teórico-metodológico.

### Referências

- ALMEIDA, P. R. A. **A esfera pública política no pensamento de Jürgen Habermas: problemas, limites e perspectivas.** 2018. 257 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Programa Integrado de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.
- BARICHELLO, E. M. M. R.; SCHEID, D. Considerações sobre visibilidade midiática e legitimação: a auditoria de imagem nas organizações. In: XXIX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29, 2006, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: UnB, 2006. p. 1–15.

BARROS, A. P. F. L. **A importância do conceito de esfera pública de Habermas para a análise da imprensa - uma revisão do tema.** Universitas: Arquitetura e Comunicação Social, Brasília, v. 5, n. 1/2, p. 23-34, jan./dez. 2008.

BUCCI, E. **A imprensa e o dever da liberdade.** São Paulo: Contexto, 2009.

BUCCI, E. **Existe democracia sem verdade factual?** São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2019.

CATÃO, M. F. O ser humano e problemas sociais: questões de intervenção. **Temas em Psicologia**, v. 19, n. 2, p. 459–465, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=513751438009>. Acesso em: 9 jun. 2024.

CHILELA, G. B. **A Legitimação discursiva do trabalho da imprensa pelo portal Folha de São Paulo em notícias no primeiro ano da pandemia da covid-19 no Brasil 2023.** 202 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2023.

DE LIMA, V. A. **Cultura do silêncio e democracia no Brasil.** São Paulo: EdUnB, 2015.

FUCKS, M. Definição de agenda, debate público e problemas sociais: uma perspectiva argumentativa da dinâmica do conflito social. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 49, p. 79–94, 2000.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública:** investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

MAINGUENEAU, D. **Discurso e análise do discurso.** São Paulo: Parábola, 2014.

MELO, I. F. *et. al.* **Análise do discurso crítica para linguistas e não linguistas.** São Paulo: Parábola, 2018.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. M. **Análise de discurso crítica.** São Paulo: Contexto, 2006.

SCHACHT, C.; KNOX, D.; MOONEY, L. **Problemas sociais.** Uma análise sociológica da atualidade. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder.** São Paulo: Contexto, 2018.

VAN DIJK, T. A. How Globo media manipulated the impeachment of Brazilian President Dilma Rousseff. **Discourse & Communication**, v. 11, n. 2, p. 199–229, 2017. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1750481317691838>. Acesso em: 01 de jul. 2024.

VAN DIJK, T. A. Estudos Críticos do Discurso: uma abordagem sociocognitiva. **Discourse & Society**, v. 10, n. 1, p. 167–193, 2016a. Disponível em: [http://www.dissoc.org/ediciones/v10n01/DS10\(1\)Van%20Dijk.pdf](http://www.dissoc.org/ediciones/v10n01/DS10(1)Van%20Dijk.pdf). Acesso: 01 de jul. 2024.

VAN DIJK, T. A. **Discurso y conocimiento:** uma aproximación sociocognitiva. Barcelona: Gedisa, 2016b.

VAN DIJK, T. A. Discurso e cognição na sociedade. **Revista Portuguesa de Humanidades**, v. 19, n. 1, p. 19–52, 2015.

VAN DIJK, T. A. **Discurso, notícia e ideologia.** Porto: Campo das Letras, 2005.

VAN DIJK, T. A. **Ideología y discurso**: una introducción multidisciplinaria. Barcelona: Ariel, 2003.

VAN DIJK, T. A. **Ideología**. Un enfoque multidisciplinario. Barcelona: Gedisa, 1999.

WODAK, R. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Revista Linguagem em (Dis)curso**, v. 4, n. esp., p. 223–243, 2004.

WODAK, R.; MEYER, M. **Methods of Critical Discourse Analysis**. 2. ed. London: Sage, 2009.

### **Sobre os autores**

*Georges Bitti Chilela*

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8168-9388>

Doutorando e mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Especialista em Estudos Avançados de Jornalismo pela Faculdade Cândido Mendes. Graduado em Comunicação Social/Jornalismo pela Faesa e em Letras-Língua Portuguesa e Literatura Portuguesa pela Ufes. Membro do Grupo de Estudos sobre Discurso Midiático (GEDIM).

*Micheline Mattedi Tomazi*

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2246-7061>

Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal Fluminense (UFF); mestra em Letras pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Realizou pós-doutorado em Linguística pela UFP-Espanha e pela Universidade FMG-Brasil. Professora do Departamento de Línguas e Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Líder do Grupo de Estudos sobre Discurso Midiático (GEDIM).

Recebido em jul. 2024

Aprovado em dez. 2024.